

## **RELATÓRIO DE DESEMPENHO Nº 01**

**NOME DO PROJETO: Projeto Redes Indígenas**

**NÚMERO DO CONTRATO: 24.2.0087.1**

**NOME DO CLIENTE: The Nature Conservancy - TNC**

Período de Acompanhamento: 8 julho de 2024 a 30 de junho 2025

Data: 10 de setembro de 2025

## Índice

A) PRINCIPAIS OCORRÊNCIAS REFERENTES À INSTITUIÇÃO .....	3
B) CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA .....	3
C) ATIVIDADES REALIZADAS E GRAU DE EXECUÇÃO FÍSICA DO PROJETO .....	4
D) MONITORAMENTO DOS INDICADORES DO QUADRO DE RESULTADOS .....	26
E) DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES DO PROJETO NA INTERNET .....	27
F) REGISTROS FOTOGRÁFICOS DO PROJETO .....	27
G) DEPOIMENTOS SOBRE O PROJETO .....	28
H) EXECUÇÃO FINANCEIRA .....	28
I) MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA .....	30
J) CLÁUSULAS CONTRATUAIS DE ACOMPANHAMENTO .....	32
K) SOLICITAÇÕES FORMAIS E PEDIDOS DE LIBERAÇÃO .....	33
L) ASPECTOS AMBIENTAIS.....	34
Lista de Anexos ao Relatório de Desempenho.....	35
Anexo I - Planilhas a serem apresentadas juntamente com o RED .....	Erro! Indicador não definido.
Anexo II – Modelo para Registro de 3 Cotações .....	Erro! Indicador não definido.
Anexo III - Autorizações de uso de imagem e termo de cessão de direitos autorais .	Erro! Indicador não definido.
Anexo IV – Fichas para detalhamento de pagamentos realizados em dinheiro ou através de conta corrente alternativa .....	Erro! Indicador não definido.

## A) PRINCIPAIS OCORRÊNCIAS REFERENTES À INSTITUIÇÃO

Classificação: Controlado

Sigilo empresarial

Restrição de Acesso: Cliente e Empresas do Sistema BNDES

*Informar aqui atualizações relevantes referentes à instituição beneficiária (cliente) e outras instituições participantes do projeto, como, por exemplo: novos projetos, novas parcerias, novas fontes de recursos, alterações no estatuto social, mudanças na diretoria, alterações nas informações de contato etc.*

Durante o período coberto pelo relatório foi indicado um novo *Chief Executive Officer – CEO* – para a Unidade do Brasil. Márcio Sztutman, foi indicado para o cargo.

A União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira - UMIAB, teve uma Assembleia eletiva no mês de abril e a Marinete Tukano assumiu o cargo de coordenadora da organização.

A Federação dos Povos Indígenas do Pará – FEPIPA também teve uma Assembleia eletiva no mês de maio e Ronaldo Amanayé foi indicado o novo coordenador geral da organização.

O Conselho Indígena de Roraima teve assembleia eletiva no mês de março de 2025 e Amarildo Macuxi foi eleito o novo coordenador da organização.

## B) CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA

Classificação: Ostensivo

O Cronograma de Execução Física atualizado da operação deve ser preenchido na aba Cronograma do Excel no Anexo I. O cliente deverá marcar em “Previsto” o último cronograma acordado com o BNDES e, em “Realizado”, o efetivamente executado.

*Em caso de mudanças no Cronograma de Execução Física “realizado” em relação ao “Previsto”, informar aqui as ocorrências que suscitaram tais mudanças, como eventuais adiantamentos ou atrasos na execução de obras, problemas em processos licitatórios etc.*

Segue abaixo o cronograma de execução física da implementação do Projeto Redes Indígenas. Ressalta-se que o cronograma está sendo ajustado em relação ao que estava previsto inicialmente, devido à dinâmica de implementação do projeto e a aproximação que a TNC teve com as 11 organizações co-implementadoras do Projeto..

## C) ATIVIDADES REALIZADAS E GRAU DE EXECUÇÃO FÍSICA DO PROJETO

Classificação: Ostensivo

*Informar aqui as principais atividades realizadas no período no âmbito do projeto, os eventuais problemas enfrentados e as medidas adotadas para solucioná-los. Formações, reuniões, obras civis, aquisição de máquinas e equipamentos e outras ações relevantes para o alcance dos objetivos do projeto devem ser listadas em tabelas, conforme modelo anexo.*

**Principais atividades realizadas pelo Projeto Redes Indígenas no período:**

**Componente 1: Ferramenta de Monitoramento da PNGATI, Políticas Climáticas e Outras**

**Revisão da ferramenta Monitorgati:** era prevista originalmente a contratação de uma consultoria para realizar esta atividade, porém a Coiab levantou uma discussão que seria mais proveitoso a realização de uma oficina com lideranças indígenas para uma avaliação e adaptação do vocabulário da Monitorgati para uma linguagem mais acessível aos povos indígenas que terão acesso às perguntas dos questionários.

Foi feita uma consulta ao Fundo Amazônia (FAM) sobre a possibilidade de alteração da rubrica “Consultoria técnica para apoio e reformulação na implementação da ferramenta de monitoramento” para logística para a realização da oficina. O FAM respondeu positivamente a esta alteração.

A oficina, organizada pela Coiab, foi realizada em Brasília dos dias 7 a 9 de outubro de 2024, e teve como principal resultado a revisão e aprimoramento da ferramenta MonitorGATI, com foco na sua implementação e melhoria para monitorar a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI). As equipes da TNC e da Gerência de Monitoramento Territorial Indígena da Coiab (GEMTI) trabalharam na programação da oficina baseada em reflexões a respeito da forma de amostragem para a coleta e tratamento dos dados para que os participantes, que incluiu representantes do movimento indígena como APIB e UMIAB pudessem focar na discussão sobre qual seria na linguagem mais apropriada para melhor compreensão das populações indígenas, além da inserção de temas relacionados à pauta de gênero.

A equipe da TNC também contribuiu com relatos sobre as experiências de implementação da Monitorgati em Terras Indígenas feitas anteriormente em territórios do Oiapoque, Xikrin do Bacajá, Parakanã e Paresi, e no Monitoramento Participativo feito junto aos Xavantes no âmbito

do Projeto REM no Mato Grosso, e como as lições aprendidas nestas experiências poderiam ajudar neste novo ciclo de aplicação da MonitorGATI no âmbito do Projeto Redes Indígenas.

As revisões e aprimoramentos abordaram diversas dimensões fundamentais, incluindo informações gerais, gestão ambiental, gestão econômica, gestão organizativa, gestão territorial, gestão cultural e de bem-estar. A partir das discussões, avanços concretos foram consolidados.

Durante os três dias de atividades, os participantes discutiram e definiram diretrizes para aprimorar a plataforma de monitoramento, consolidando os seguintes avanços:

- Revisão da ferramenta MonitorGATI, com discussão sobre a sua aplicabilidade dentro dos territórios indígenas;
- Definição da estrutura e funcionamento da Plataforma Indígena de Monitoramento da PNGATI;
- Construção de diretrizes para o “IDH da PNGATI” (um índice de bem-estar e gestão ambiental indígena da Amazônia);
- Planejamento dos boletins anuais de gestão das Terras Indígenas, como um instrumento vital para a tomada de decisões políticas e administrativas;
- Fortalecimento da Gerência de Monitoramento Territorial Indígena (GEMTI) da COIAB;
- Diálogo estruturado sobre a implementação do projeto Redes Indígenas da Amazônia, com trocas produtivas entre os participantes.

Além das melhorias na ferramenta MonitorGATI, a oficina também resultou na definição dos critérios para a seleção das Terras Indígenas que receberão a aplicação do monitoramento, assim como na identificação do perfil desejável para os Agentes de Monitoramento Indígena (AMI). Esses critérios incluem a estratégia de atuação nos territórios, a presença de iniciativas voltadas para gênero e juventude, e a inserção de territórios em processo de demarcação.

Estes critérios são:

1. Criar estratégias de atuação em cada território que for escolhido;
2. Inserir territórios que têm e não têm instrumentos de gestão (orientações de lideranças durante o encontro Redes em Manaus);
3. Que não sejam somente as 3 organizações, mas chamar parceiros que vão junto com o AMI (COIAB acompanha? MPI? FUNAI?);
4. Territórios que tenham iniciativas com mulheres na liderança e/ou departamento (gênero e juventude);
5. Que as organizações da Rede COIAB façam uma reunião junto com as bases e etnorregiões, com a COIAB presente;
6. Territórios que tenham a presença de povos isolados ou de recente contato;
7. Que envolva os articuladores das etnorregiões;
8. Envolver territórios que estão em processo de demarcação.

Perfil desejável dos AMIs

1. Orientar as bases para buscar equidade de gênero: 50% homens e 50% mulheres (quando possível) (incluir demais gêneros/diversidade);
2. Ter algum tipo de conhecimento de gestão territorial e ambiental;
3. Conhecimento desejável no uso de diferentes tecnologias digitais (uso de apps, ACI, Gaia, Word, Excel, plataformas);
4. Desenvoltura para realização de entrevistas;
5. AMI ocupar posição estratégica e chave dentro da comunidade ou organização local;
6. Conhecimento da língua portuguesa;
7. Não pode ser uma pessoa assalariada com recursos públicos (professor, agente de saúde, etc.);
8. Interesse e afinidade com o trabalho que já é realizado de monitoramento no território;
9. Compromisso de continuar o monitoramento a médio/longo prazo.

#### **Aquisição dos Tablets:**

Em dezembro a TNC fez a aquisição dos 64 Tablets que serão usados pelos Agentes Indígenas de Monitoramento (AMIs). Abaixo está a documentação de todo o processo de cotação para aquisição dos equipamentos.

Durante os meses de janeiro e fevereiro foi feito pela equipe de Ciências da TNC o processo de colocar a ferramenta Monitorgati dentro dos 64 Tablets, utilizando o sistema KoboToolbox. Este processo foi feito antes do início da primeira turma de formação dos Agentes de Monitoramento Indígenas (AMIs).

#### **Processo de escolha das Terras Indígenas e dos Agentes de Monitoramento Indígenas**

Durante os meses de janeiro e fevereiro a Coiab iniciou uma série de reuniões *online* com suas 9 representações estaduais para que indicassem quais Terras Indígenas, dentro do mapa de 64 etnorregiões da Coiab, cada Estado iria escolher para serem monitoradas através da aplicação da ferramenta Monitorgati. A partir da escolha das Terras Indígenas (TI), a representações estaduais da Coiab iriam fazer junto com suas organizações de base a escolha dos AMIs de cada TI, a partir dos critérios estabelecidos na oficina de revisão da Monitorgati, para participarem, em um primeiro momento, da capacitação do Centro Amazônico de Formação Indígena (CAFI), da Coiab, e depois serem contratados pela TNC como consultores para realizarem o trabalho de aplicação da ferramenta em suas TIs.

#### **Contratação dos Agentes Indígenas de Monitoramento (AMIs) pela TNC**

A partir da lista de Agentes acordados entre a Coiab e suas representações regionais e da formação destes agentes pelo CAFI e pela Gerência de Monitoramento Territorial Indígena da COIAB (GEMTI) (ver descrição da formação dos AMIs no Componente 3), a TNC iniciou o processo de contratação formal destes agentes. Com relação à capacitação, foi acordado durante a oficina de revisão da Monitorgati que as turmas seriam divididas em duas formações iguais, com cerca de 32 agentes em cada, visando melhor produtividade e qualidade da atenção a ser dada a cada agente.

O trabalho de aplicação da Monitorgati pelos AMIs nas TIs está previsto para iniciar em julho de 2025.

### **Componente 2: Governança participativa indígena nos nove estados da Amazônia Legal**

Este componente tem por objetivo dotar as nove organizações indígenas estaduais da rede Coiab e a UMIAB com meios necessários para sua participação plena nas discussões acerca de temas fundamentais à integridade dos territórios e direitos indígenas, bem como para sua atuação na consolidação e gestão dos referidos territórios.

Nos primeiros meses de implementação do projeto, a equipe da TNC focou em estabelecer os primeiros contatos e realizar diligência documental com todas as 10 organizações indígenas para, a partir desta diligência, conhecer a capacidade operacional de cada uma. Esta avaliação seguiu critérios estabelecidos ainda quando da elaboração do projeto, classificando em escala de 1 a 3 a capacidade operacional de cada organização, e a partir destes resultados a TNC pode planejar os tipos de apoio e acompanhamentos a serem dados para o atingimento das metas do projeto.

Ressalta-se também que a diligência documental feita com cada uma das 10 organizações embasou a análise e tramitação dos Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) que a TNC firmaria com todas elas, incluindo avaliações de risco que determinaram a periodicidade do cronograma de repasses de parcelas financeiras. A partir destas avaliações a TNC indicou que estes Acordos de Cooperação teriam repasses feitos trimestralmente, a partir do envio de relatórios de desempenho e financeiros aprovados pela TNC.

Abaixo segue um resumo das ações feitas junto às 10 organizações da base da COIAB que fazem parte do projeto:

#### APIAM:

Nos dias 28 e 29 de outubro de 2024, a equipe da TNC fez uma primeira reunião na sede da APIAM, em Manaus, para apresentação detalhada do projeto e do orçamento que cabe à APIAM. Nesta reunião foi também apresentado e discutido um Plano de Trabalho para a implementação do projeto por parte da APIAM.

A partir desta 1ª reunião, a TNC iniciou a coleta da diligência documental da APIAM, que teve seu Acordo de Cooperação assinado em 14/02/2025. O Acordo vem sendo acompanhado pela equipe da TNC através de reuniões presenciais mensais na sede da APIAM, em Manaus e reuniões virtuais conforme necessidade.

A APIAM realizou o processo seletivo seguindo as regras do projeto, realizando as contratações de coordenador e assistente, e deu início ao planejamento da atividade da rubrica “Cursos estaduais de extensão para lideranças e gestores de organizações indígenas”. A TNC recebeu em meados de março uma proposta de realização de uma Jornada Formativa, com cursos sobre temas variados, a ser realizada em duas etapas. A primeira entre março e abril e a segunda originalmente prevista para maio, adiada para o segundo semestre de 2025.

A justificativa apresentada foi a ampliação do alcance das formações no estado do Amazonas, aumentando o número de formações que podem totalizar 200 indígenas a cada ano, em

diferentes formações e com recursos complementares provenientes da articulação com outros parceiros e projetos desenvolvidos pela APIAM

Para mais informações sobre as atividades de formação (oficinas e seminário) realizadas, ver descrição no Componente 3.

A APIAM também realizou processos de consulta (reuniões virtuais) às suas etnorregionais para apresentação do Projeto Redes Indígenas, onde houve a indicação das 19 TIs selecionadas para aplicação da MonitorGati e apresentação do perfil para indicação dos 19 Agentes de Monitoramento Indígena, e também para indicação dos cursistas que participaram do Curso Estratégico de Formação de Lideranças da COIAB (longa duração).

A Lista de presença está anexada junto ao relatório de atividades da APIAM, em um único arquivo, assim como os planos de curso e ementas e se encontra no sistema do Fundo Amazônia.

A APIAM apresentou um bom relatório de atividades e quanto ao relatório financeiro, o mesmo retornou para o parceiro com algumas observações que estão sendo trabalhadas pelas equipes da TNC e da APIAM.

Como avaliação deste início de desenvolvimento da parceria com a APIAM, constatamos que a organização, apesar de ter pouco mais de dois anos, possui boa capacidade operacional, já implementando outros projetos e contando com equipes em departamentos técnico e financeiro, estrutura hierárquica funcionando plenamente e com coordenação atuante. Estaria classificada em nível 3 de avaliação institucional (em uma escala de 1 a 3).

#### FEPOIMT:

Usando a mesma metodologia de aproximação com as outras Redes, a equipe da TNC fez em agosto uma reunião de apresentação do projeto para a coordenação e equipe técnica da FEPOIMT. Uma vez acordados os termos e atividades do projeto, a TNC iniciou o processo de diligência documental visando a preparação do Acordo de Cooperação, que foi assinado em 10/02/2025. Em março, a equipe da TNC fez a reunião de apresentação das regras do projeto e elaboração do Plano de Trabalho para o 1º ano de implementação do projeto. Nestes primeiros meses, a FEPOIMT priorizou a estruturação de sua sede e o processo de seleção e contratação de equipe que vai trabalhar para o projeto Redes, seguindo as regras do projeto no processo seletivo.

Em março, atendendo à chamada da Coiab, a FEPOIMT iniciou junto às suas etnorregionais o processo de escolha das Terras Indígenas a serem monitoradas pela Monitorgati. Foram feitas reuniões virtuais com cada uma das etnorregiões para explicar o objetivo do monitoramento e como deveria ser o processo de escolha dos AMIs. Este processo demonstrou o quão forte e organizada a FEPOIMT está junto às suas bases, sendo o processo feito de forma muito participativa com envolvimento de todas as etnorregiões do Mato Grosso. Foi acordado também que haverá reuniões virtuais mensais entre a equipe da TNC e a FEPOIMT para monitoramento da implementação do Projeto Redes.

A FEPOIMT apresentou bons relatórios de atividades e financeiro do projeto, mostrando que se encontra hoje com uma equipe capacitada e apta para gerir projetos.

Em aspectos gerais, a avaliação inicial é de que a FEPOIMT é uma organização muito sólida politicamente, mas ainda com baixas capacidades na parte operacional e de gerenciamento de projetos. O Projeto Redes Indígenas poderá alavancar estruturas operacionais para a FEPOIMT e fortalecer suas capacidades gerenciais. A FEPOIMT foi classificada em nível 3 de avaliação institucional.

#### COAPIMA:

Seguindo a mesma metodologia aplicada com as outras Redes, a equipe da TNC iniciou contatos com a COAPIMA tão logo o contrato com o Fundo Amazônia foi assinado. Foi feita uma reunião presencial de apresentação do projeto para coordenação e equipe técnica da COAPIMA e em seguida foi iniciado o processo de diligência documental. O Acordo de Cooperação entre a TNC e /a COAPIMA foi assinado no dia 1º de abril de 2025. Posteriormente foi feita nova visita à sede da COAPIMA em Imperatriz, no Maranhão, para fazer a capacitação das regras do projeto e a elaboração de um Plano de Ação e cronograma da implementação do Projeto Redes por parte da COAPIMA. Nestas visitas iniciais, foi acordado que haverá reuniões virtuais mensais entre a equipe da TNC e a COAPIMA, para monitoramento da implementação do projeto.

A COAPIMA perguntou à TNC se seria possível que sua Presidenta, Marcilene, fosse a coordenadora contratada do Projeto Redes Indígenas. Discutimos internamente na TNC, junto aos nossos Departamentos de Grants e Legal, e foi avaliado que não apresentaram indicações de que ela teria condições de se dedicar 100% ao projeto, devido às várias outras atribuições que o cargo de Presidenta exige, além de que é a Presidenta quem tem de assinar os relatórios a serem enviados, conforme o Acordo de Cooperação. A COAPIMA abriu então processo seletivo para seleção dos cargos de coordenador e assistente técnico do projeto.

Com relação aos relatórios apresentados para o período, a COAPIMA apresentou bons relatórios de atividades e financeiro

A COAPIMA é uma organização com mais de 20 anos. É referência junto aos povos indígenas do Maranhão e tem uma organização política muito consolidada. Possui experiência em gestão de alguns projetos, mas não até agora não tinha gerenciado recursos públicos. Já possui uma pequena equipe operacional e o Projeto Redes vai ajudar a alavancar suas capacidades. Neste momento, seria classificada em nível 3 de avaliação institucional.

#### OPIROMA:

Assim como foi feito com as outras Redes, assim que o contrato entre a TNC e o Fundo Amazônia foi assinado, a equipe da TNC iniciou os contatos com a coordenação da OPIROMA para solicitar a documentação da diligência. Por se tratar de uma organização recente, a OPIROMA não possui técnicos contratados. Os coordenadores e apoiadores trabalham como voluntários e residem em suas respectivas aldeias. Esta falta de pessoal disponível atrasou a coleta e envio da documentação, e o contrato com a OPIROMA foi assinado em 26 de março de 2025.

Mas, mesmo com este atraso, a equipe da TNC foi à Porto Velho em janeiro de 2025 e se reuniu com a coordenação da OPIROMA para fazer a apresentação do projeto e iniciar a elaboração de um Plano de Trabalho com o as atividades e orçamento do Projeto. Por não ter ainda contrato

assinado com a OPIROMA, a mobilização para esta reunião se deu com recursos de contrapartida da TNC.

Com o fim do processo de diligência e a iminência de assinatura do Acordo de Cooperação com a TNC, a OPIROMA iniciou o processo de seleção do coordenador do projeto e do assistente técnico e a procura de uma casa para sede da OPIROMA em Porto Velho.

Devido ao Acordo de Cooperação com a TNC só ter sido assinado no final de março, ainda não recebemos o 1º Relatório de Desempenho da OPIROMA.

A OPIROMA é uma organização com pouco tempo de funcionamento. É reconhecida como referência na questão indígena no Estado de Rondônia, e já participou das chamadas da Coiab para indicação de pessoas para os Cursos do CAFI e indicação das Terras Indígenas e dos agentes de monitoramento para aplicação da Monitorgati. A OPIROMA vem realizando suas Assembleias com apoio de parceiros, mas ainda não tem histórico de gerenciamento de projetos, e inclusive funcionava numa sala emprestada de um parceiro (CIMI). O aluguel de uma sede própria e a contratação de uma equipe irão fortalecer a capacidade operacional da organização. A equipe da TNC montou grupo de WhatsApp com a coordenação da OPIROMA (assim como com as demais organizações indígenas participantes do projeto) e vem realizando reuniões virtuais mensais de monitoramento de sua implementação. Em termos de avaliação institucional, avaliamos que a OPIROMA está hoje classificada como nível 1, e será acompanhada de perto pela equipe da TNC na implementação do projeto.

A OPIROMA não enviou o seu Relatório de Atividades pois o período não coincidiu com a data de corte deste RED 01

#### ARPIT:

Assim como OPIROMA, a ARPIT também é uma organização recente, que não conta com equipe técnica contratada nem com sede própria. Seus coordenadores e colaboradores trabalham de forma voluntária e residem em suas aldeias. Se deslocam para Palmas quando há alguma agenda para a ARPIT na capital do Estado. Entretanto a ARPIT é referência na condução da agenda indígena no Estado do Tocantins, inclusive sendo chamada pelo Governo do Estado para participar das discussões do REDD+ Jurisdicional.

Com estas dificuldades, a ARPIT também demorou a enviar todos os documentos da diligência, e o Acordo de Cooperação com a TNC só foi assinado em 23 de abril de 2025.

No mês de fevereiro, a equipe da TNC foi a Palmas e se reuniu com a coordenação da ARPIT para apresentação do projeto e para discutir um Plano de Trabalho para sua implementação. Por não termos no momento um Acordo de Cooperação assinado com a ARPIT, a mobilização dos coordenadores foi feita através de recursos de contrapartida da TNC.

A ARPIT fez o processo de seleção do coordenador do projeto e do assistente técnico e alugou um escritório para ser a sede da organização. Estão agora selecionando o escritório de contabilidade para fazerem os registros formais destas contratações.

Pela falta de experiência em gestão de projetos e pela baixa capacidade operacional, a ARPIT é também avaliada como nível 1 e irá demandar acompanhamento de perto por parte da equipe da TNC na implementação do projeto.

A ARPIT não tinha ainda implementado ações do Projeto no período de corte do RED 01, por isto não tem ainda relatório de atividades

#### APOIANP:

A APOIANP é a organização da base da Coiab que atua como uma articulação da agenda indígena no Amapá e Norte do Pará. É uma articulação já consolidada e referência junto aos indígenas desta região. Por opção dos indígenas, a APOIANP não possui CNPJ, atuando através de apoios indiretos e de suas organizações de base. A APOIANP também não tem sede própria e conta com uma estrutura política composta por 4 coordenadores, um de cada etnorregião de sua área de abrangência, que atuam de forma voluntária, sem um corpo técnico contratado.

Nas negociações iniciais sobre o Projeto Redes Indígenas, e em concordância com Fundo Amazônia, foi indicado que a APOIANP poderia escolher uma organização de sua base na região para receber os recursos do projeto e implementar as atividades no Amapá e Norte do Pará. Em uma reunião virtual entre a TNC, a coordenação da Coiab e a coordenação da APOIANP, fomos comunicados que a APOIANP indicou a Associação Indígena Karipuna (AIKA), da região do Oiapoque. As decisões políticas e os processos de indicação de Terras Indígenas, agentes de monitoramento e cursistas para os cursos da COIAB ficam a cargo da APOIANP.

Após esta definição, a equipe da TNC iniciou os trâmites para a diligência documental da AIKA. Com o processo de diligência concluído, o Acordo de Cooperação com a AIKA foi assinado no dia 20 de maio de 2025. Antes mesmo da assinatura do Acordo de Cooperação com a AIKA, a equipe da TNC foi ao Oiapoque para fazer uma apresentação do projeto e discutir o Plano de Trabalho.

A APOIANP, em parceria com a AIKA, está em fase de seleção dos cargos de coordenador e assistente técnico para iniciar a implementação das atividades do projeto, e escolha de escritório para ser a sede da organização, em Macapá. A APOIANP fez a consulta para indicação das TIs e escolha dos Agentes de Monitoramento de cada etnorregião de sua área de atuação para o curso da MonitorGati e os agentes iniciarão a implementação das oficinas em agosto.

No período de corte deste RED 01, a APOIANP-AIKA ainda não tinham implementado ações do Projeto Redes.

#### FEPIPA:

Em agosto de 2024 a equipe da TNC foi à Belém para se reunir com a coordenação da FEPIPA e fazer uma apresentação do Projeto Redes Indígenas. Na ocasião, foi acordado que a TNC iria esperar a FEPIPA enviar a prestação de contas pendente de outro projeto com a TNC para avançar num novo Acordo de Cooperação específico para o projeto Redes Indígenas. As pendências foram sanadas mas, neste meio tempo, iria ocorrer uma Assembleia eletiva de nova coordenação da FEPIPA e a tramitação ficou interrompida no aguardo da eleição.

Uma vez a nova coordenação eleita, a TNC retomou o contato com a FEPIPA e solicitou a documentação para a diligência documental. Parte da documentação foi enviada e a TNC está no aguardo do restante dos documentos para avançar no Acordo de Cooperação.

#### UMIAB:

No 2º semestre de 2024 a TNC iniciou contatos com a UMIAB solicitando a documentação da diligência documental. A documentação foi enviada, porém no início de 2025 a coordenação da UMIAB solicitou que a TNC esperasse a Assembleia eletiva para iniciar os trâmites do Acordo de Cooperação junto à nova coordenação.

A Assembleia ocorreu durante o Acampamento Terra Livre (ATL) em Brasília no mês de abril de 2025 e a UMIAB elegeu sua nova coordenação. O próximo passo seria a UMIAB fazer o registro da Ata da Assembleia eletiva em cartório de Manaus para poderem abrir a conta bancária exclusiva do projeto, porém a organização não dispunha de recursos em caixa para registro da ata, o que vem sendo providenciado. Temos feito contatos constantes com a nova coordenação da UMIAB, que nos informou que deram entrada do registro da Ata no cartório e estão aguardando retorno para seguirem com a abertura da conta bancária.

Durante este período de contatos com a UMIAB, constatou-se que a organização, apesar de ser uma referência política na Amazônia na pauta de mulheres indígenas, não possuiu capacidades técnicas e experiência em gestão de projetos. O Projeto Redes Indígenas será uma primeira experiência concreta de gestão de projetos e irá requerer apoio e acompanhamento constante por parte da equipe da TNC. A UMIAB seria classificada em nível 1 de avaliação institucional.

#### RORAIMA:

A TNC realizou contatos com o Conselho Indígena de Roraima (CIR) para iniciar os trâmites necessários para firmar o Acordo de Cooperação com a organização. A avaliação inicial foi que o CIR é a organização mais antiga da base da Coiab, referência na condução da pauta indigenista no Estado de Roraima, e já gerenciava vários projetos com diferentes doadores nacionais e internacionais. Porém, quando a TNC foi fazer a pesquisa no Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM), foi identificado que o CIR possuía algumas anotações no Cadastro, oriundas de pendências de antigos convênios com a União – com Ministério da Saúde e Ministério da Cultura. Por este motivo o CIR está impossibilitado de receber recursos públicos até que estas pendências sejam sanadas e fica impossibilitado de receber recursos do Projeto Redes Indígenas enquanto seu nome constar neste cadastro.

A TNC informou o CIR, a Coiab e o Fundo Amazônia sobre este fato e a solução encontrada foi que o CIR poderia indicar uma organização indígena de sua base em Roraima para gerir os recursos e implementar o Projeto Redes Indígenas no Estado, como no caso da APOIANP.

O CIR explicou que em Roraima não haveria uma organização indígena apta para assumir o projeto e perguntou se poderia indicar uma organização parceira, não indígena. A TNC fez então a consulta ao Fundo Amazônia e foi informado que não seria possível uma organização não indígena receber os recursos, uma vez que isto não estava previsto no escopo do projeto. A solução encontrada foi que a Coiab poderia receber os recursos previstos para o CIR e implementar as ações do projeto em Roraima em articulação com a coordenação do CIR. Este modelo teria caráter provisório, pois caso o CIR consiga tirar seu nome do CEPIM ainda durante o período de execução do Projeto Redes Indígenas, a TNC firmaria um Acordo de Cooperação diretamente com a organização.

Durante estas negociações, o CIR teve também uma Assembleia eletiva, ocorrida em março, que elegeu uma nova diretoria. Iniciou-se então uma conversa com a nova coordenação do CIR, explicando a situação e houve concordância de seguir em frente nas negociações com a Coiab.

No momento, a TNC está trabalhando junto à coordenação do CIR e a Coordenação da Coiab num Termo de Cooperação que indique, detalhadamente, os passos a serem dados para a

implementação das ações do projeto em Roraima, com execução da COIAB mas em articulação com a coordenação do CIR.

Por outro lado, o Departamento Jurídico da TNC iniciou contatos com o Departamento Jurídico do CIR disponibilizando apoio para ver o que seria possível ser feito para a retirar o nome do CIR do cadastro. O Departamento do CIR começou então a coletar documentação sobre as pendências e os dois departamentos estão em contato para definir os próximos passos a serem dados neste caso.

#### ACRE:

O Acre não possui uma organização estadual que represente a base da Coiab no Estado. Desta forma, o projeto tinha a previsão de contratar uma Consultoria para facilitar oficinas nas três etnorregiões do Acre para que os participantes definissem qual seria o arranjo de implementação do Projeto Redes Indígenas e escolhessem uma organização para implementar as ações do projeto no Estado.

A TNC abriu então um Edital para selecionar esta Consultoria e, após processo de seleção, foi escolhida a empresa Sempre Viva, do consultor Cloude Correa. Na primeira chamada a TNC avaliou que não chegaram propostas que cumpriam com os principais termos da chamada, principalmente o de ter alguma experiência de trabalho com povos indígenas no Acre. O prazo foi então prorrogado e a empresa Sempre Viva, do antropólogo Cloude Correa foi a escolhida por apresentar proposta técnica-financeira melhor avaliada.

Uma vez a consultoria selecionada, a TNC aproveitou a presença do coordenador da Coiab em Brasília e fez, em abril, uma reunião presencial para, juntamente com o Consultor, fazer um planejamento dos próximos passos a serem dados visando a preparação das oficinas presenciais a serem realizadas no Acre. Na reunião, foi encaminhada a proposta de realização de 3 oficinas de apresentação do Projeto Redes Indígenas no Acre: 1 em Cruzeiro do Sul, com a presença de lideranças da etnorregião Juruá; 1 em Rio Branco, com a presença de lideranças da etnorregião Purus junto a etnorregião Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia. Por esta última região abanger poucas comunidades, a proposta foi juntar as duas etnorregiões numa única oficina, em Rio Branco, visto que a logística seria mais simples. A terceira e última oficina, a oficina final, teria participação de lideranças indicadas a partir das oficinas do Juruá e Purus/Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia.

Na reunião em Brasília, foi encaminhado também que estes encaminhamentos, incluindo datas e proposta metodológica, seriam levados às lideranças das três etnorregiões em uma reunião virtual. E, enquanto se preparava por esta reunião virtual, a Consultoria começaria a fazer o mapeamento e diagnóstico das organizações indígenas em atividade no Acre, a fim de garantir que todas teriam representantes nas oficinas presenciais.

A reunião virtual com lideranças indígenas do Acre ocorreu em 17 de maio. Além de uma apresentação geral do Projeto Rddes Indígenas e da proposta metodológica a ser desenvolvida nas oficinas presenciais, foi acordado com as lideranças o calendário das oficinas presenciais. Na reunião virtual com as lideranças do Acre, foi encaminhado que a OPIRJ daria apoio à TNC na preparação da logística e dos convites às lideranças para a reunião presencial em Cruzeiro do Sul, e a Matpha faria o mesmo para a reunião em Rio Branco com representantes indígenas do Purus/Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia.

Foram mapeadas mais de 90 organizações indígenas existentes no estado do Acre, das quais 29 estavam inativas ou inaptas no momento do diagnóstico. A partir deste diagnóstico inicial, foi encaminhado que as oficinas regionais teriam cerca de 45 lideranças cada, e que cada uma das 3 etnorregiões indicaria 6 lideranças para a oficina final, que contaria também com a presença de 1 liderança da Sitoakore (organização estadual das mulheres indígenas do Acre), AMAIAC (organização estadual dos agentes agro-florestais) e da OPIAC (organização estadual dos professores indígenas do Acre).

As oficinas presenciais ocorreram entre os dias 16 e 25 de junho, sendo a 1ª Oficina, nos dias 16 e 17 de junho, em Cruzeiro do Sul, para lideranças das etnorregião do Juruá; a 2ª Oficina, nos dias 21 e 22 de junho, em Rio Branco, para lideranças das etnorregiões Purus, Noroeste de Rondônia e Sul do Amazonas; e a Oficina final nos dias 24 e 25 de junho, também em Rio Branco, com as lideranças das 3 etnorregiões indicadas nas oficinas regionais.

O objetivo geral definido para as oficinas foi:

- Construir e pactuar o arranjo de implementação e o plano de ação para a execução do Projeto Redes Indígenas no Estado do Acre e iniciar um processo de fortalecimento do movimento indígena estadual.

E os objetivos específicos:

- Revisitar o passado do movimento indígena no Acre (linha do tempo);
- Analisar a conjuntura atual do movimento indígena no Acre (diagnóstico de contexto);
- Refletir sobre como fortalecer o movimento indígena no Acre com a contribuição da COIAB (nas 3 etnorregiões);
- Pactuar o arranjo de implementação/estrutura de governança do projeto;
- Elaborar o Plano de Ação da implementação do projeto.

Para apoiar as lideranças a se situarem sobre como está o movimento indígena do Acre nos dias de hoje, a metodologia utilizada foi a construção, de forma participativa, de uma linha do tempo com o histórico do movimento indígena do Acre, seguida pela análise de Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças, através da metodologia FOFA.

Em relação ao arranjo de implementação do Projeto Redes Indígenas no Acre, na oficina do Juruá levantou-se a ideia de que este projeto deveria contar com uma Comissão de Governança, com representantes das 3 etnorregiões, que iria guiar a execução do projeto junto com a organização a ser escolhida como implementadora. Nesta oficina, as lideranças preferiram não indicar ainda uma organização implementadora, por acharem mais importante a definição sobre esta Comissão e o arranjo de implementação do projeto.

Na oficina do Purus/Sul do Amazonas/Noroeste de Rondônia, as lideranças também reforçaram a necessidade da criação de uma Comissão de Governança para acompanhar a execução do projeto, mas duas organizações se colocaram como candidatas a implementadora do projeto: a Sitoakore e a Matpha, organização do povo Manchineri, que já vem atuando em ações nas regiões do Purus/Sul do Amazonas/Noroeste de Rondônia. Após uma discussão sobre questão operacional e as condições de documentação que seriam necessárias para a diligência documental para assinatura do Acordo de Cooperação para o Projeto Redes Indígenas, a Sitoakore abriu mão de sua candidatura e ao fim houve um consenso em levar o nome da Matpha como organização implementadora para a oficina final.

A oficina final ocorreu em Rio Branco com 6 representantes da etnorregião do Juruá, 6 representantes da etnorregião do Purus, e 6 representantes das etnorregiões Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia, além de 1 representante de cada uma das 3 organizações que atuam a nível estadual – Sitoakore, Amaiac e Opiac. Nesta reunião foi reforçada a necessidade da Comissão de Governança, a ser formada por representantes das 3 etnorregiões, para acompanhamento da implementação do projeto. Foi criado um grupo de WhatsApp com estes representantes. Foi decidido também que será necessária a elaboração de um Regimento Interno para detalhar como se dará a atuação desta Comissão no monitoramento das ações do projeto no Acre.

Com relação à escolha da organização implementadora do projeto, a Matpha reforçou sua candidatura. A OPIRJ se colocou à disposição também para assumir esta função, caso fosse a vontade da maioria. O processo foi então uma votação informal de todos os presentes e a Matpha acabou sendo a escolhida. A OPIRJ não se opôs à escolha, mas voltou a ressaltar a função da Comissão de Governança, que teria também a função de avaliar o desempenho da organização implementadora, Matpha, podendo ser trocada caso seja assim avaliado.

Foi então elaborado um Plano de Ação de curto prazo do Projeto Redes Indígenas, e a TNC já enviou para a Matpha a lista de documentos necessários para a diligência documental. No momento estamos aguardando este envio para iniciar as avaliações.

O Produto Final da Consultoria será enviado no próximo RED

### **Componente 3: Centro Amazônico de Formação Indígena – CAFI**

#### **Curso Estratégico de Formação de Lideranças da COIAB (longa duração)**

O curso intensivo de Formação Estratégica para Lideranças Indígenas foi realizado em Manaus entre 18/02 e 18/05/2025, com 3 meses de duração, e teve como objetivo principal a formação de lideranças indígenas dos 9 (nove) estados da Amazônia brasileira e da União das Mulheres Indígenas da Amazônia (UMIAB) em temas estratégicos, visando promover o fortalecimento das lideranças por meio de ferramentas e estratégias de atuação dentro das 64 etnorregiões, territórios de atuação da rede Coiab. Foram oferecidas 2 vagas para cada uma das 9 organizações indígenas estaduais, 2 vagas para a UMIAB, 3 para o conselho fiscal da COIAB, 3 para o conselho deliberativo e 4 indicações feitas pela coordenação da Coiab, totalizando 30 cursistas, buscando a paridade de gênero. Ao todo, o curso teve 32 participantes, sendo 12 mulheres e 16 jovens.

A Coiab realizou reuniões online e convocatórias junto às suas bases, através de ofício, para a indicação dos participantes do curso. Os critérios para indicação dos cursistas incluíram: disponibilidade para estar fixamente em Manaus durante o período do curso, atendendo 80% de presença nas aulas; ter atuação no movimento indígena; ter um perfil de multiplicador de conhecimentos; ter habilidades com a língua portuguesa, tanto na escrita quanto na fala para fins de produção de documentos técnicos; ser liderança envolvida em projetos sociais; e jovem artistas e educadores culturais com atuação ativa dentro de sua comunidade no âmbito de direitos humanos e preservação ambiental.

Para início do curso foi realizada uma aula inaugural com o título “Do passado ao presente, rumo ao futuro, a luta continua!”. O curso teve como programação curricular 14 módulos com duração média de 1 semana, sendo o último dia de cada módulo para a realização de apresentações em

grupo e individuais com o objetivo de compartilhamentos e fixação de aprendizado dos conteúdos estudados durante o módulo.

Os conteúdos abordados foram:

1° módulo: Antropologia - História dos povos indígenas e o movimento indígena na Amazônia;

2° módulo: Mediação e Análise de conflitos;

3° módulo: Metodologia do trabalho científico; teve como abordagem principal convidar as lideranças indígenas a mergulhar na pesquisa como uma ferramenta de fortalecimento comunitário, conectando saberes tradicionais, ciência indígena e ciência ocidental de maneira crítica e reflexiva;

4° módulo: Sistemas de conhecimentos indígenas e Antropologia Indígena;

5° módulo: Da oralidade à escrita;

6° módulo: Mudanças climáticas, REDD + jurisdicional, mercado de carbono e governança TFFF;

7° módulo: Florestas e Finanças: Impactos sobre territórios, florestas e biodiversidade;

8° módulo: Metodologia de trabalho;

9° módulo: Empresa e direitos Indígena: formação sobre as diretrizes brasileiras e boas práticas corporativas com povos indígenas;

10° módulo: Elaboração de propostas de projetos para acessar recursos de financiamento climático;

11° módulo: Elaboração de planos de negócio;

12° módulo: Incidência do Movimento indígena na Amazônia (Coiab na atualidade) e legislação nacional e internacional indígena;

13° módulo: Educação como estratégia na garantia dos territórios

14° módulo: Apresentação dos trabalhos de conclusão;

A produção de um trabalho de conclusão de curso foi a oportunidade de as lideranças indígenas apresentarem suas, ancestralidades, culturas, impactos ambientais, sociais e desafios vividos nos territórios, pautar a importância da demarcação das terras indígenas, da biodiversidade, segurança alimentar, educação escolar indígena, a luta das mulheres indígenas e atuação da juventude nos territórios. Ao término do curso, houve uma apresentação final para uma banca avaliadora, composta pela Coordenação da COIAB e parceiros, com participação da TNC, para sugestões e recomendações no desenvolvimento dos trabalhos ao decorrer dos próximos meses

### **Curso de Formação dos Agentes de Monitoramento Indígenas**

A Coiab realizou uma chamada com os coordenadores das 9 Redes Estaduais para explicar como se daria o Curso de Formação dos Agentes de Monitoramento e quais os critérios que cada Rede deveria usar para, juntamente com suas bases, escolherem os indígenas que participariam da formação e que, posteriormente, iriam para suas respectivas Terras Indígenas para aplicação da Monitorgati

O curso de Agentes de Monitoramento Indígenas (AMIs) foi realizado pela Coiab (Gerência de Monitoramento Territorial Indígena -GEMTI e CAFI) em Brasília entre os dias 19 e 25 de maio de 2025, com 7 dias de duração e a participação de 29 indígenas (dos quais 4 mulheres) indicados pelas organizações estaduais da Rede COIAB. A escolha por Brasília para sediar o curso deveu-se

ao fato de que nesta primeira formação haveria mais agentes de Estados da Amazônia oriental, e Brasília seria um local mais barato para os custos de deslocamento.

Nesta turma estiveram presentes agentes de monitoramento dos estados do Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Tocantins e Rondônia. Uma segunda turma com os agentes do Acre, Pará, Roraima e alguns dos estados já representados na primeira turma ficou prevista para o segundo semestre de 2025, conforme foram sendo feitas a escolha das Terras Indígenas e indicação dos AMIs pelas organizações estaduais da rede Coiab.

A Coiab coordenou o curso e realizou a logística dos participantes. A TNC realizou um processo seletivo para contratação de uma Consultoria para o desenvolvimento da ementa e facilitação do curso,.

O curso foi planejado de forma participativa entre a Coiab, a TNC e a Consultoria contratada, visando uma metodologia que abrangesse uma visão ampla sobre monitoramento, a valorização dos conhecimentos dos povos indígenas, considerando os aspectos interculturais, de gênero e intergeracionais dentro da realidade de cada localidade, além de promover autonomia no uso de novas ferramentas tecnológicas de monitoramento. Cada cursista recebeu um tablet contendo a ferramenta MonitorGati e um curso prático para sua aplicação.

Os conteúdos programáticos incluíram:

Dia 1- Conceito de Monitoramento e Linha do Tempo da PNGATI – Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígena;

Dia 2- Retomando a PNGATI, Monitoramento Participativo da PNGATI, Perguntas e Respostas e apresentação da Gerência de Monitoramento Territorial Indígena (GEMTI) da COIAB abordando os objetivos da GEMTI.

Dia 3- Papel do Agente de Monitoramento Indígena (AMI), koboToolBox, uso dos recursos e Prestação de contas dos contratos de consultoria.

Dia 4- Apresentação da MonitorGATI no tablet, Perguntas e comentários, Apresentação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e Apresentação da MonitorGATI.

Dia 5- Gestão territorial, Gestão organizacional, Gestão de parcerias, Gestão Cultural e do Bem-estar.

Dia 6- Apresentação da metodologia de apresentação (Teatro), elaboração do Plano de Trabalho, preenchimento do formulário no tablet, avaliação do curso, entrega dos certificados aos cursistas e tendo como encerramento uma confraternização;

Dia 7- Revisão do formulário do Plano de Trabalho.

Após a formação, a TNC realizou a contratação dos 29 AMIs para iniciarem a aplicação da ferramenta de monitoramento a partir de julho de 2025 nos seus respectivos territórios, a saber:

- Amapá: TI Uaçá, TI Parque Indígena Tumucumaque, TI Rio Paru D’este e TI Waiãpi;
- Amazonas: TI Alto Rio Negro, TI Jurubaxi- téa, TI São Francisco do Canimari, TI Sapotal, TI Barreira da Missão, TI Cajuhiri Atravessado, TI Jiahui, TI Lago Capanã , TI Lago do Jauari, TI Kwata/Laranjal , TI Andirá-Marau, Ilha do São João (TI Igarapé São João).
- Maranhão: TI Caru, TI Araribóia (Bom Jesus da Selva).

- Mato Grosso: TI São Marcos, TI Merure, TI Japuira, TI Portal do Encantado, TI Capoto Jarina, Território Indígena do Xingu (TIX), TI Urubu Branco.
- Rondônia: TI Sete de Setembro, TI Karipuna, TI Igarapé Lage, TI Vale do Guaporé (Povo Mamaindê).
- Tocantins: TI Apinayé.

### **Cursos estaduais de extensão para lideranças e gestores de organizações indígenas**

#### **Jornada Formativa da APIAM – 1a etapa**

Para implementação do primeiro curso estadual, a APIAM optou por realizar uma Jornada Formativa sobre diferentes temas, com a realização de 2 cursos e um Seminário na 1a etapa da formação, realizada entre o fim de março e início de abril, e um novo curso em uma 2a etapa, no segundo semestre de 2025.

#### **a) Curso de Formação para o Conselho Fiscal**

A APIAM realizou em sua sede, nos dias 26 e 27 de março, o curso de formação para o Conselho Fiscal, voltado para os conselheiros fiscais da APIAM, representantes de diferentes povos, organizações e territórios no estado. O curso teve a participação de 15 pessoas (sendo 12 indígenas, 5 mulheres e 4 mulheres indígenas), e foi facilitado por 2 lideranças indígenas reconhecidas convidadas pela APIAM.

Seu objetivo foi “Proporcionar aos membros do Conselho Fiscal conhecimento teórico e prático sobre suas atribuições, garantindo maior transparência e eficácia na fiscalização financeira da organização”. O conteúdo programático abordou a composição de Organização da Sociedade Civil; funções e responsabilidades do Conselho Fiscal; operações financeiras e contábeis; análise de balanços e prestação de contas; governança e sustentabilidade financeira; normas e procedimentos internos e leitura e análise de Pareceres Fiscais e contábeis, além da avaliação crítica da execução orçamentária.

Como resultados esperados, temos o aprimoramento da governança indígena e a maior transparência e credibilidade institucional, seja em nível da APIAM ou de suas organizações regionais, das quais os conselheiros são lideranças.

Na avaliação da própria APIAM: “A oficina representou um passo importante para o fortalecimento do Conselho Fiscal da APIAM, alinhando práticas de fiscalização às exigências legais e às demandas internas da organização. A participação ativa dos conselheiros, combinada à metodologia prática adotada, proporcionou um ambiente produtivo de aprendizado e deliberação. As recomendações e encaminhamentos aprovados contribuirão para o aprimoramento contínuo da governança e da gestão financeira da APIAM, assegurando maior transparência e confiança junto às suas organizações de base e parceiros.”

#### **b) Curso Estadual de Formação para Conselho de Articulação Regional da APIAM**

Dando sequência, a APIAM realizou nos dias 30 e 31 de março e 1o de abril o Curso de formação para o Conselho de Articulação Regional, que contou com a participação de seus Conselheiros e

Articuladores regionais. O curso teve a participação de 16 pessoas (todos indígenas), sendo 5 mulheres, e teve como objetivo: “Formar e informar os conselheiros de articulação regional para o exercício de suas funções, fortalecendo a governança indígena e promovendo a integração das organizações de base na APIAM”.

O conteúdo programático incluiu os seguintes temas: O processo histórico e político do movimento indígena; Histórico, atribuições e responsabilidades do Conselho de Articulação Regional; Governança, Governabilidade e Estratégias do Movimento Indígena; Planejamento Estratégico e Ações futuras; E debates sobre políticas públicas, REDD+, propriedade intelectual e segurança digital.

Entre os principais resultados da formação mencionados pela APIAM temos:

1) Consolidação de uma Instância de Governança Indígena, com a criação formal do Conselho de Articulação Regional; 2) Ampliação das Capacidades Técnicas e Políticas dos conselheiros; 3) Planejamento Alinhado à Realidade dos Territórios; 4) Fortalecimento do Papel dos Conselhos como Instâncias Políticas; 5) Integração e fortalecimento das redes de parceria da APIAM.

### **c) Seminário Bem Viver e Garantia Dos Territórios Indígenas: Empreendimentos e seus Impactos Socioambientais**

O Seminário “Bem Viver e Garantia dos Territórios Indígenas: Empreendimentos e seus Impactos Socioambientais” fez parte da 1ª etapa da Jornada Formativa da APIAM e foi realizado em Manaus nos dias 04 e 05 de abril. Contou com a participação de 68 pessoas, sendo 27 mulheres. Deste total, 56 eram indígenas (lideranças das 17 etnorregionais da APIAM), dos quais 20 mulheres. O Seminário teve por objetivo promover o debate sobre os impactos dos empreendimentos nos territórios indígenas do Amazonas, considerando as consequências para a cultura, a sociobiodiversidade e o bem viver dos povos indígenas, além de construir estratégias de resistência, proteção e segurança jurídica.

O Seminário contou com a participação de diversos parceiros e convidados, incluindo: Observatório Brasileiro de Direitos Humanos na Geociências; Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ); Ministério Público Federal (MPF-Am); Ministério dos Povos Indígenas (MPI); Rede de Advogados Indígenas da Amazônia; Observatório de Direitos Humanos – UFAM; SECOYA; OPAN; Cimi; COIAB; Instituto Witoto; IEB; WCS; e TNC, além das organizações regionais da APIAM, outras organizações indígenas e segmentos de base.

A metodologia incluiu uma palestra de abertura com um intelectual indígena e a formação de 04 Painéis Temáticos com a participação de lideranças, especialistas e parceiros institucionais, sobre os seguintes temas: "Impactos dos Empreendimentos sobre os Territórios Indígenas e de Populações Tradicionais"; "Lei 14.701/2023 e PEC 48: efeitos sobre os Direitos Territoriais Indígenas", "Governança Indígena e Autodeterminação na Defesa dos Territórios: Experiências de Construção e Proteção Territorial e Ambiental", e "Iniciativas Indígenas de Sociobioeconomia e Sustentabilidade". Ao término dos Painéis Temáticos houve uma Sessão Plenária para Consolidação das Estratégias para Proteção Territorial, seguida por uma Mesa de Encerramento para estabelecimento de Compromissos e Encaminhamentos para a Garantia dos Territórios, e uma avaliação do evento. Houve ainda um momento de diálogo entre as lideranças indígenas presentes e pessoas indígenas que ocupam cargos públicos em órgãos como Funai, Sesai e FEPI, para apresentação das políticas públicas implementadas por parte dos representantes governamentais, e das demandas do movimento indígena para estes representantes.

Os encaminhamentos do Seminário foram:

- Fortalecer ações jurídicas contra os efeitos da Lei 14.701/2023;
- Criar rede de apoio para elaboração e implementação de Protocolos de Consulta;
- Promover oficinas sobre uso de tecnologias para proteção territorial;
- Apoiar economicamente as iniciativas de sociobioeconomia nos territórios;
- Sistematizar as discussões em documento político e encaminhar aos órgãos competentes;
- Criar calendário permanente de mobilização e intercâmbio entre regionais;
- Ampliar assessorias jurídicas indígenas e formação da juventude.

Como resultados imediatos do Seminário houve a elaboração, leitura e aprovação de um Manifesto dos Povos Indígenas do Amazonas contra Empreendimentos em Terras Indígenas e uma Nota de Repúdio às ações da BR Arbo Gestão Florestal S/A e à suspensão das recomendações do MPF pelo Conselho Nacional do Ministério Público (Cnmp).

Relatório dos Cursos e do Seminário, Manifesto, Nota de Repúdio e Listas de Presença encontram-se no Relatório de Atividades da APIAM, anexado no Componente 2.

#### **Componente 4: Consolidação organizacional da Coiab**

Conforme determinação do Fundo Amazônia, o Acordo de Cooperação entre a TNC e a Coiab começou a tramitar quase ao mesmo tempo do contrato entre a TNC e o Fundo Amazônia. O Plano de Trabalho foi discutido entre as duas organizações e a análise documental feita pelos departamentos da TNC. O Acordo de Cooperação foi assinado em 5 de julho de 2024.

Nos primeiros contatos da equipe da TNC com a Coiab a avaliação foi de que a Coiab é hoje uma organização em franca recuperação institucional e operacional, gerenciando mais de 15 projetos com diversos doadores, nacionais e internacionais e contando com equipe técnica alocada para implementação dos projetos. Apesar de ter este expressivo grupo de doadores, a Coiab não possuía nenhum projeto com recursos públicos.

A equipe da TNC foi a Manaus e fez uma oficina de apresentação das regras do projeto em setembro de 2024, reunindo as gerências administrativo-financeira, de projetos, do Centro Amazônico de Formação Indígena (CAFI), gerência de comunicação e gerência jurídica, além da coordenação. Nestas oficinas, a Coiab explicitou a necessidade de ter uma equipe totalmente alocada para o Projeto Redes Indígenas, visto a quantidade de atividades que o projeto demanda para a Coiab.

Nesta oficina foi trabalhado também pela equipe da TNC e da Coiab o Manual de Regras do Projeto. A versão final deste Manual, trabalhado e “calibrado” junto a equipe da Coiab seria o Manual a ser apresentado a todas as demais 10 organizações co-implementadoras do Projeto Redes Indígenas.

Nestes primeiros contatos com as gerências da Coiab sobre as demandas do projeto, a organização avaliou que seria mais produtivo e eficaz ter mais pessoas trabalhando nas ações do Projeto Redes Indígenas do que estava previsto inicialmente. E, para ter uma equipe proporcional às demandas do projeto, a Coiab solicitou remanejamento nos cargos de recursos humanos, abrindo mão de

gerentes e utilizando os valores de salários mais altos deste cargo para contratar mais técnicos, com um valor de salário mais baixo. Assim, a Coiab poderia aumentar sua capacidade operacional de implementação do Projeto Redes Indígenas. As solicitações de remanejamentos na rubrica de salários foram enviadas à TNC, que fez as consultas ao Fundo Amazônia, o que foi aprovado.

Item de Custo	Qtd	Unidade de Referência
Técnico Monitoramento Etno-ambiental	39	Meses
Técnico Monitoramento Etno-ambiental	36	Meses
Técnico CAFI 1	44	Meses
Técnico CAFI 2	36	Meses
Técnico Comunicação	46	Meses
Técnico adm./financeiro 1	42	Meses
Técnico adm./financeiro 2	37	Meses
Técnico Secretaria 1	37	Meses
Técnico Secretaria 2	30	Meses
Técnico Projetos (Redes Indígenas)	41	Meses

#### Reforma da Sede da Coiab:

A Coiab publicou em julho de 2024 um Termo de Referência para contratação de consultoria especializada para a realização dos primeiros estudos para a realização da reforma na sede. Após o processo de seleção das empresas interessadas no termo de referência, a empresa selecionada foi a “A. S. Becker Consultoria e Projetos”, sendo avaliada de acordo com os critérios necessários para elaboração dos projetos arquitetônicos relacionados, contendo a planta baixa do local e o projeto de ampliação. Para elaboração dos projetos foram acordadas três etapas para realização da concepção dos projetos arquitetônicos e interiores:

1º etapa: estudo preliminar de informações técnicas iniciais para compreender a configuração atual da edificação;

2º etapa: elaboração do anteprojeto, uma etapa crucial onde se desenvolvem as informações técnicas temporárias que detalham os aspectos fundamentais do projeto;

3º etapa: o projeto para a execução de desenhos técnicos relacionados à arquitetura e engenharia.

Atualmente, os projetos estão sendo atualizados visando atender às novas solicitações de alterações que contemplam o programa de necessidades criado no início da contratação, ou seja, está no momento de compreender as expectativas, necessidades e demandas da coordenação, gerências e técnicos da COIAB. A partir da organização dessas informações, levando em conta as rotinas e as prioridades, será possível traçar os níveis de ação necessários para a equipe projetual S. Becker Consultoria e Projetos concluir os serviços solicitados.

#### Reuniões do Conselho Deliberativo e Fiscal

Nos dias 10 a 13 de dezembro de 2024 foi realizada uma reunião do conselho deliberativo e fiscal fundamental para o fortalecimento da COIAB e sua atuação nos próximos anos. O encontro teve como principal objetivo, consolidar estratégias de gestão, transparência e incidência política, garantindo que a organização continue sendo uma referência na defesa dos direitos indígenas.

As principais discussões desenvolvidas durante a reunião foram:

- Aprovação da programação e definição das pautas internas do Conselho Deliberativo e Fiscal.
- Votação da vice-presidente do conselho deliberativo;
- Comunicação das organizações estaduais junto a COIAB;
- Informações passadas nas reuniões das organizações para dentro regiões, das aldeias;
- Garantir a participação dos coordenadores para eventos importantes como assembleias estaduais;
- Suporte em logísticas para os conselheiros para atuar enquanto COIAB nos territórios;
- Apresentação do projeto Redes Indígenas, sua execução e a distribuição das atividades dos conselhos;
- Transparência institucionais, atualmente foi identificado maior transparência das atividades para os territórios/aldeias;
- Desenvolvimento tecnológicos nas aldeias por meio dos projetos, através de formações e acesso a equipamentos voltados a tecnologia;
- Forma de pagamento dos administrativos - secretários do conselho deliberativo e fiscal;
- Necessidade de planejamento para a construção do regimento interno da COIAB;
- Prestação de contas em relação aos recursos utilizados pelos projetos parceiros; registro fotográfico e elaboração de atas.
- Oferta de kits de internet e explicações sobre prazos de gratuidade de acesso e procedimentos após o período de gratuidade;
- Aumento no quadro de técnicos especializados para realização das instalações, a prioridade de instalações tem sido em locais onde possui energia elétrica;
- Usabilidade por todos do estatuto social da COIAB e tempo de adaptação da nova atualização para que todos consigam continuar suas atividades de gestão da melhor forma;
- Proposta de cronograma das atividades dos conselhos;
- Apresentação do projeto Redes Indígenas com explicação sobre a ferramenta MonitorGATI, realização de formação para uso da ferramenta e formação de estratégia para lideranças, atividades que serão realizadas em parceria com o CAFI;
- Abordagem dos objetivos do Fundo Podáli, sua atuação diante das comunidades tradicionais e perspectivas futuras;
- Processos de demissão e contratação deve passar pelos conselhos deliberativo e fiscal

Um desafio pontuado na reunião foi a necessidade de melhorias no diálogo das organizações estaduais com a COIAB para evitar desentendimentos e conflitos institucionais. Então sugere-se que as organizações estreitem suas comunicações com os coordenadores, fazendo convites para participação em agendas de maior importância como as assembleias estaduais.

#### Viagens/ atividades coordenação

Para garantir um processo de planejamento estratégico que refletisse de maneira fiel as demandas das organizações de base e as necessidades institucionais da COIAB, foi fundamental a participação ativa de seus coordenadores neste período. Assim, ao longo do planejamento estratégico da Coiab, a coordenação realizou uma viagem até Manaus para participar de um circuito de agendas, visando consolidar diretrizes institucionais e alinhar as ações da COIAB às realidades locais e aos desafios globais.

A construção desse planejamento exigiu encontros presenciais que possibilitaram um diálogo mais próximo entre as coordenações, gerências e a Rede COIAB. Nessas reuniões, foram discutidas questões centrais para o fortalecimento da organização, como a governança participativa, a implementação da Gerência de Economia Indígena, estratégias de incidência política e articulação para eventos internacionais, como a COP 30.

Além disso, as viagens permitiram que os coordenadores estivessem em momentos estratégicos do planejamento, ouvindo as demandas e promovendo um planejamento que respeitasse as diversidades territoriais e culturais. Esse contato direto de agenda presencial foi essencial para garantir que as estratégias da COIAB não fossem apenas documentadas, mas verdadeiramente legitimadas por aqueles que fazem parte da organização e vivem a realidade dos territórios indígenas.

Dessa forma, as viagens realizadas foram imprescindíveis para a consolidação de um planejamento estratégico que fortalecesse a autonomia, a governança e a atuação da COIAB em defesa dos direitos indígenas.

#### Comunicação:

Tão logo o Acordo de Cooperação entre a Coiab e a TNC foi assinado, a Coiab iniciou o processo de seleção do técnico de comunicação para trabalhar no Projeto Redes Indígenas. As responsabilidades a serem atribuídas ao técnico de comunicação contratado estão na prestação de suporte na elaboração e organização de documentos institucionais, abrangendo desde correspondências formais até atas de reuniões e registros de memória, essenciais para manter a transparência e a sistematização das informações da gerência de comunicação. Realização do monitoramento e gerenciamento da caixa de e-mails institucionais vinculada à comunicação da Coiab, garantindo o devido encaminhamento das demandas e a resposta tempestiva às solicitações de parceiros, lideranças e demais interlocutores.

Ao longo do período coberto por este relatório, constatamos que houve uma grande melhora entre o primeiro e o segundo relatórios de atividades e financeiros da Coiab, mostrando que a

equipe contratada para trabalhar para o Projeto Redes (indígenas em sua maioria) tem qualidade e condições de avançar ainda mais no fortalecimento da organização.

### **Componente 5 - Gestão do Projeto**

No dia 19 de abril de 2024, num evento em comemoração do aniversário da Coiab em Brasília, o Fundo Amazônia anunciou oficialmente que o Projeto Redes Indígenas tinha sido aprovado.

Imediatamente após este anúncio, a TNC iniciou contato com as Redes Estaduais para iniciar a “sensibilização” sobre o Projeto aprovado e quais seriam os primeiros passos a serem dados. Este primeiro contato com as Redes Estaduais se deu dias depois durante o Acampamento Terra Livre de 2024 em Brasília. Na ocasião, TNC e Coiab realizaram uma reunião com os coordenadores das 9 Redes e a UMIAB para fazer uma apresentação do projeto aprovado e das condições a serem cumpridas, e já indicar para os coordenadores quais seriam os próximos passos a serem dados até a celebração dos Acordos de Cooperação que seriam feitos com cada organização.

Imediatamente após o anúncio da aprovação, a TNC iniciou a elaboração dos Termos de Referência para a contratação da equipe técnica que seria responsável por acompanhar as Redes na implementação das ações do projeto. Pelo orçamento aprovado, a TNC teria 1 coordenador e 4 pessoas da área de conservação e duas pessoas da área financeira 100% dedicadas ao Projeto Redes Indígenas, e uma pessoa com 80% de dedicação – a pessoa responsável por liderar na TNC o Componente 1 – o de Monitoramento

Ainda durante o processo de seleção e contratação dos novos funcionários para compor a equipe, a TNC já iniciou contato com as Redes para explicar a lista de documentos necessários para a diligência documental, parte obrigatória para se avaliar quesitos institucionais de cada Rede para saber se teriam condições de assinarem os Acordos de Cooperação e de receber recursos públicos. Uma vez feita a diligência, foi identificado que apenas o Conselho Indígena de Roraima não estava apto pois seu nome constava do CEPIM, cadastro de devedores da União.

Com a equipe completa, a TNC iniciou visitas presenciais em cada uma das Redes para apresentação do Projeto e elaboração de um Plano de Trabalho com as ações previstas e o orçamento que cabe a cada uma. Foram realizadas também oficinas presenciais em cada Rede para apresentação das regras do projeto e entrega do Manual de Regras. Estas visitas serviram também para uma aproximação entre as equipes da TNC e as coordenações e equipes técnicas das Redes. Foram criados grupos de WhatsApp entre a equipe da TNC e cada Rede para comunicação constante, e um calendário de ao menos uma reunião virtual mensal entre a TNC e cada Rede para monitoramento da implementação do projeto e para sanar dúvidas em geral.

Com essas ações, a comunicação entre a equipe da TNC e as Redes está fluindo de forma constante estreitando as relações entre a TNC e as 11 organizações co-implementadoras do Projeto Redes Indígenas.

O projeto Redes Indígenas criou também duas instâncias de monitoramento: a Gerência Ampliada e o Comitê Gestor. A Gerência Ampliada, composta pela TNC e Gerências da Coiab e Coordenação da UMIAB, acompanha a implementação do projeto, na forma de reuniões virtuais a cada dois meses, e trata dos pontos principais ocorridos no período e encaminha ações de aprimoramento. Já o Comitê Gestor é composto pelas Gerências da Coiab, coordenadores das 9 Redes Estaduais, coordenação da UMIAB e TNC, se reúne também de forma virtual a cada dois meses e é uma instância de monitoramento da implementação do projeto junto às Redes Estaduais, podendo também tratar de algum tema específico que esteja na agenda do projeto.

*Caso tenham ocorrido sinistros, como furto ou avaria de equipamentos, mencionar e apresentar Boletim de Ocorrência relacionado.*

Preencher a aba Execução Física do arquivo Excel no Anexo I informando, para cada produto/serviço do projeto, as datas de previsão de conclusão original e atualizada, as quantidades e metas, o percentual de Execução Física realizado no período de cada Relatório e o percentual acumulado, bem como os critérios para a apuração dos percentuais de execução física<sup>1</sup>.

Se houver previsão no projeto, formações, reuniões, obras civis, aquisição de máquinas e equipamentos e outras ações relevantes para o alcance dos objetivos do projeto também devem ser registradas no arquivo Excel no anexo I, que possui as abas:

- Capacitações-Eventos
- Máquinas e Equipamentos
- Acompanhamento de Obras Civis
- Áreas manejadas

---

<sup>1</sup> Sugere-se que para o cálculo do percentual seja utilizada a quantidade executada em relação à prevista, quando aplicável (quando o indicador se referir a número de hectares, famílias apoiadas, oficinas realizadas, inscrições no Cadastro Ambiental Rural, quantidade de máquinas e equipamentos adquiridos etc), dentre outros.

O arquivo deve ser anexado ao Sistema de Acompanhamento do BNDES (menu Documental > Documentos > Novo > Classe: Acompanhamento > Tipo: Outros Documentos de Acompanhamento).

## D) MONITORAMENTO DOS INDICADORES DO QUADRO DE RESULTADOS

Classificação: Ostensivo

A evolução dos indicadores do quadro de resultados (QR) do projeto deve ser preenchida no Sistema de Acompanhamento do BNDES, **a partir da solicitação da equipe responsável pelo acompanhamento do projeto** (menu Indicadores > Cadastrar novo monitoramento). Os dados coletados pelo cliente deverão ter como data-base a do término do período de acompanhamento coberto pelo Relatório de Desempenho ou data anterior próxima a esta.

Caso o projeto trate de atividades produtivas sustentáveis, também deverá ser preenchido o excel “Faturamento Produção Sustentável”.

*Incluir aqui comentários sobre a evolução dos indicadores e eventuais desvios em relação às metas.*

A Planilha de Indicadores seguirá como anexo direto no sistema. Mas, adiantamos que no próximo relatório os indicadores realizados ficarão mais evidentes pois teremos os trabalhos que os cursistas estão fazendo em seus territórios com os conhecimentos adquiridos nos cursos.

## E) DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES DO PROJETO NA INTERNET

Classificação: Ostensivo

*Informar aqui o(s) link(s) no sítio eletrônico ocupado pelo cliente na INTERNET, com informações atualizadas sobre as atividades previstas no projeto e seu estágio de implementação, publicações realizadas etc.*

*Devem ser informados, também, o(s) link(s) no sítio eletrônico referentes à execução do projeto publicados por aglutinadas ou instituições parceiras, caso aplicável.*

*Aula inaugural do 'Curso de Formação Estratégica para Lideranças Indígenas'*

*<https://www.youtube.com/shorts/xUvkMeQZcqE>*

*(3195) Histórias do CAFI • Wendel Apurinã - YouTube*

*Histórias do CAFI • Irenilde Guajajara*

*<https://www.instagram.com/p/DDaJ3JGpRvz/?igsh=MXlyZGowNXU3a3hmag==>*

*<https://www.instagram.com/p/DFGIHrpuErc/?igsh=MTBpNTR3NGY0M3EyNQ==>*

*<https://www.instagram.com/p/DFYOiu9pdS4/?igsh=MWczYjBzZHMzd2MweA==>*

*<https://www.instagram.com/p/DGEaIMLJBcy/?igsh=MTk4N3ZzM211NThwZA==>*

*<https://www.instagram.com/reel/DGN8oKlgbYl/?igsh=c2E0YzB0cHJhcTh4>*

*<https://www.instagram.com/p/DGOdLKKp3e-/?igsh=MXBlaHlxa3A2M3QwZw==>*

*<https://www.instagram.com/reel/DGOkCAXyZLt/?igsh=MXR0bmFoM3YwZHFsoQ==>*

*<https://www.instagram.com/p/DGjNHkcSGVd/?igsh=cHFtYjlxemQ0MjYw>*

*<https://www.instagram.com/p/DJ7nYNSOohu/?igsh=MTVrNzJkcTY5djlvvcw==>*

*[https://www.instagram.com/p/DJ7wtXpg1vC/?img\\_index=3&igsh=eWt5M3o1aXo1YTU5](https://www.instagram.com/p/DJ7wtXpg1vC/?img_index=3&igsh=eWt5M3o1aXo1YTU5)*

*<https://www.instagram.com/p/DJslJ9Qus4M/?igsh=MW9ucmZzbzM2M2RqaA==>*

## F) REGISTROS FOTOGRÁFICOS DO PROJETO

Classificação: Ostensivo

Fotografias digitais das atividades realizadas no âmbito do projeto devem ser anexadas ao Sistema de Acompanhamento do BNDES (menu Fotos > Novo, para criar um novo álbum de fotos), organizadas em álbuns de fotos relacionadas. **É importante informar a qual Componente do projeto elas pertencem, a data das fotos e, no título, a descrição, a localização e o produto/serviço relacionado.**

Adicionalmente, devem ser enviadas as autorizações de uso de imagem e o termo de cessão de direitos autorais, conforme modelos do Anexo III. Essas autorizações também devem ser anexadas ao Sistema de Acompanhamento do BNDES (menu Documental > Documentos > Novo > Classe: Acompanhamento > Tipo: Outros Documentos de Acompanhamento).

*Indicar aqui a anexação ou informar que não houve, no período, a produção de material fotográfico.*

Registros fotográficos e depoimentos estão no item E deste Relatório

## G) DEPOIMENTOS SOBRE O PROJETO

Classificação: Ostensivo

Depoimentos sobre os resultados e impactos do projeto, bem como sobre outros aspectos do projeto considerados relevantes, prestados por beneficiários, parceiros ou por membros da equipe responsável pelo projeto devem ser anexados ao Sistema de Acompanhamento do BNDES (menu Documental > Documentos > Novo > Classe: Acompanhamento > Tipo: Outros Documentos de Acompanhamento). Esses depoimentos (ou trechos) poderão vir a ser utilizados na divulgação do projeto e seus resultados.

O depoimento deve ser enviado com assinatura do seu autor e se possível acompanhado de sua fotografia em alta resolução. Adicionalmente, para cada depoimento e fotografia, devem ser enviados autorização de uso de imagem e depoimento, e termo de cessão de direitos autorais, conforme modelos do Anexo III. Essas autorizações também devem ser anexadas ao Sistema de Acompanhamento do BNDES (menu Documental > Documentos > Novo > Classe: Acompanhamento > Tipo: Outros Documentos de Acompanhamento).

*Indicar aqui a anexação ou informar que não houve, no período, produção de depoimentos*

Depoimentos sobre o projeto estão no item E deste relatório

## H) EXECUÇÃO FINANCEIRA

Classificação: Ostensivo

A Execução Financeira deve ser informada na planilha “Modelo de comprovação” do Sistema de Acompanhamento (modelo disponível para download no menu Financeiro> Importação de Notas e Pagamentos).

A planilha “Modelo de comprovação” deve ser preenchida com todos os pagamentos realizados e enviada ao BNDES e/ou importada para o Sistema de Acompanhamento, conforme orientações da equipe responsável pelo acompanhamento do projeto. Após isso poderá ser gerada, pelo BNDES, uma amostra, para a qual deverão ser anexados, através do sistema, a documentação comprobatória conforme orientações da equipe responsável pelo acompanhamento do projeto.

Os processos de tomadas de preços com fornecedores devem ser anexados ao Sistema de Acompanhamento do BNDES junto com os documentos comprobatórios, após a geração da amostra. Pode ser utilizado o modelo no Anexo II (“Modelo para registro de 3 Cotações”), ou algum outro da

própria instituição, devendo ser apresentados os resultados das tomadas de preços porventura realizadas ou as justificativas para a impossibilidade de sua realização.

A movimentação dos recursos liberados pelo BNDES deve ser realizada exclusivamente através da conta bancária do projeto, sendo que o investimento de recursos enquanto ainda não utilizados deverá ser realizado em investimentos atrelados à conta bancária do projeto.

O **saque para pagamento de despesas em dinheiro e/ou o uso de conta bancária alternativa de titularidade do Cliente** para pagamentos específicos são medidas de exceção que devem ser previamente acordadas com o BNDES. A realização de pagamentos em espécie, por intermédio de cheques descontados no caixa, também demanda controles adicionais ao processo usual de acompanhamento da execução financeira e prestação de contas. Na eventualidade de ser verificada a necessidade de realização desses pagamentos, o cliente deverá encaminhar ao BNDES as justificativas para tanto e os registros detalhados para cada lançamento conforme as planilhas incluídas no Anexo IV. Estas planilhas devem ser preenchidas e, por ocasião da prestação de contas, anexadas como parte da documentação comprobatória no Sistema de Acompanhamento.

Os valores realizados do Quadro de Usos e Fontes do projeto serão atualizados automaticamente pelo Sistema de Acompanhamento, após concluída a prestação de contas.

*Informar aqui ocorrências relevantes na execução financeira do projeto, como eventuais ajustes realizados no Quadro de Usos e Fontes, questões relacionadas aos processos de tomadas de preços com fornecedores etc.*

Durante o primeiro ano de execução do projeto, foram realizadas solicitações de remanejamento no Quadro de Usos e Fontes conforme descrito a seguir:

- 1) Na atividade 1.1 inicialmente previa a contratação de uma consultoria para revisar a ferramenta MONITORGATI. Após diálogos com a COIAB e parceiros, concluiu-se que não era necessária uma revisão completa, mas apenas ajustes pontuais na linguagem das perguntas. Optou-se, então, por realizar uma oficina com pessoas já envolvidas com a ferramenta e com formação em monitoramento, promovendo maior troca de experiências e efetividade. Com isso, foi solicitada a alteração da rubrica de “Consultoria” para “Logística”, no valor de R\$ 100.000,00.
- 2) Foi solicitado o remanejamento de despesas relacionadas a materiais, alimentação e apoio logístico para as reuniões dos grupos focais nas 64 Terras Indígenas onde a ferramenta MONITORGATI seria aplicada. Inicialmente, essas despesas seriam executadas pela COIAB, mas, diante da complexidade e do volume de reuniões, avaliou-se que seria mais eficiente transferir essa responsabilidade para as Redes Estaduais, via Acordos de Cooperação, por sua maior proximidade com os territórios e melhores condições operacionais.
- 3) Alteração no quadro de RH da COIAB 1

Foi solicitada a substituição dos cargos de gerência originalmente previstos (Monitoramento, Projetos e Administrativo-Financeiro) por cinco técnicos focais: dois para monitoramento, um para gestão do projeto e dois para apoio administrativo-financeiro. Os valores previstos para os salários dos gerentes foram realocados para técnicos com remuneração equivalente à de Assistente Técnico, conforme o Plano de Cargos e Salários da COIAB. Essa mudança teve como objetivo fortalecer a equipe com profissionais dedicados integralmente à implementação das atividades do projeto Redes Indígenas.

#### 4) Remanejamento para aquisição de insumos

Foi solicitado o remanejamento de R\$ 6.000,00 da rubrica de Máquinas e Equipamentos para a rubrica de Insumos, dentro do Componente 1. Esse valor foi destinado à compra de materiais de papelaria necessários para a realização do curso de formação dos Agentes de Monitoramento.

#### 5) Alteração no quadro de RH da COIAB 2

A pedido da COIAB, foi solicitado um novo remanejamento na rubrica de salários para adequar a equipe às demandas do projeto. As mudanças incluíram:

- (a) a realocação integral para o Componente 1 dos recursos destinados à contratação do segundo técnico de monitoramento, garantindo os 36 meses previstos;
- (b) o ajuste dos períodos de contratação dos técnicos, considerando que alguns iniciaram apenas no segundo trimestre de 2025; e
- (c) a substituição do cargo de gerente do curso CAFI por dois técnicos — um para o CAFI e outro para apoio administrativo-financeiro. Essas alterações refletiram a reorganização interna da COIAB e a estratégia de priorizar contratações com perfil técnico.

A equipe da TNC e das Redes Indígenas implementadora do projeto tem manifestado dificuldades para obter a documentação fiscal necessária para a logística em determinados locais, conforme informado ao BNDES na reunião realizada em 27/06/2025.

## I) MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA

Classificação: Ostensivo

Toda Movimentação Bancária do projeto deve ser preenchida na aba “Movimentação Financeira” do arquivo Excel no Anexo I, de forma a registrar os valores mensais de entrada na conta corrente do projeto, os valores acumulados mensais de rendimento dos investimentos atrelados e as saídas de

recursos para pagamentos relacionados ao projeto. Caso haja mais de um investimento vinculado à conta do projeto ou o montante do rendimento do mês não seja facilmente identificável nos extratos, deverá ser incluída uma aba auxiliar na tabela, demonstrando a composição dos rendimentos auferidos a cada mês.

o

. O arquivo deve ser anexado ao Sistema de Acompanhamento do BNDES (menu Documental > Documentos > Novo > Classe: Acompanhamento > Tipo: Outros Documentos de Acompanhamento).

Além da aba Movimentação Financeira, os extratos devem ser anexados ao Sistema de Acompanhamento do BNDES (menu Documental > Documentos > Novo > Classe: Financeiro > Tipo: Extrato Bancário). Os extratos mensais de movimentação da conta corrente do projeto podem ser anexados como um pdf único em ordem cronológica, assim como os extratos mensais das aplicações financeiras ou investimentos.

A aba "Conciliação Bancária" também deve ser preenchida, a fim de verificar qualquer tipo de diferença nos valores apurados, e que se possa justificar qualquer diferença identificada.

*Caso exista diferença entre o valor total dos pagamentos da tabela "Movimentação Bancária" e o total de pagamentos inseridos na planilha "Modelo de comprovação", ou diferenças na planilha "Conciliação Bancária", inserir a justificativa aqui.*

1) Diferença entre o Saldo Final da tabela "Movimentação Financeira" e o Saldo (Fontes - Usos + Rendimentos): R\$ 1.249.956,37

1.1) A reembolsar TNC:

3º Relatório Financeiro COIAB Jan-Mar 2025: R\$ 866.241,74

2º Relatório Financeiro COIAB Out-Dez 2024: R\$ 187.966,77

1º Relatório Financeiro FEPOIMT Jan-Mar 2025: R\$ 5.007,96

Salários TNC de Abril e Maio de 2025: R\$ 328.767,18

Relatório de Despesa EERBTCK4C-BITTENCOURT, FERNANDO: R\$ 327,53

Viagem Satya BRA 62903: R\$ 2.829,82

Relatório de despesa EERF3FOX5-Faria, Rodolfo - DHL\_Envio kit notebook: R\$ 258,67

Total R\$ 1.391.399,67 (A)

1.2 Devolução TNC ao BNDES:

Estorno devido ajuste no 1º relatório financeiro da COIAB Jul-Set24: R\$ 230,10

Viagem Magda alocada incorretamente no projeto\_BRA 62607: R\$ 1.563,14

Relatório de Despesa\_EERQNHTBX-BITTENCOURT, FERNANDO: R\$ 75,00

Viagem alocada incorretamente no projeto\_BRA2506269132: R\$ 2.308,22

Total R\$ 4.176,46 (B)

1.3 Despesas que serão reportadas no próximo relatório

Despesas do Cartão de Crédito Março 2025: R\$ 1.902,13 \*

Despesas do Cartão de Crédito de abril 2025 R\$ 2.508,63 \*

Despesas do Cartão de Crédito de maio 2025 R\$ 2.446,80 \*

Despesas do Cartão de Crédito de junho 2025 R\$ 5.254,26 \*

Adiantamento aguardando prestação de contas Satya R\$ 35.000,00

Adiantamento aguardando prestação de contas Magda R\$ 60.000,00

Adiantamento aguardando prestação de contas Fernando R\$ 30.000,00

Total 137.111,82 (C)

Total (A) - (B) - (C) = 1.249.956,37

\*As despesas no cartão de crédito não foram lançadas automaticamente no Concur devido à ausência de um COMPID. Como estamos em processo de migração para o novo sistema (Workday), não é possível realizar atualizações no Concur. Por isso, o lançamento desses relatórios será feito manualmente no sistema contábil e reportado no próximo período.

## J) CLÁUSULAS CONTRATUAIS DE ACOMPANHAMENTO

Classificação: Ostensivo

O cumprimento das obrigações especiais do cliente, estabelecidas no contrato de aplicação de recursos não reembolsáveis, é verificado por meio do Sistema de Acompanhamento (menu Obrigações > Acompanhamento). Nesse módulo, é registrada pela equipe do BNDES a situação de atendimento de cada obrigação, por meio de pendências e anotações.

Anotações são registros livres sobre qualquer fato que tenha ocorrido em relação à Obrigação e fazem parte do histórico da obrigação, junto com outros eventos como a criação de Pendências. Em geral, as pendências criadas para atender obrigações especiais terão prazos para resolução. Pendências resolvidas pelo Cliente dentro do prazo de resolução, desde que validadas pelo BNDES, manterão a obrigação na situação Conforme.

Caso o prazo para cumprir a obrigação seja expirado sem a resolução da Pendência, a obrigação entrará automaticamente na situação Não Conforme. Caso o cliente resolva a Pendência após o prazo de resolução, a obrigação permanecerá Não Conforme, pois foi resolvida fora do prazo para cumprimento da obrigação. Se essa Pendência, resolvida fora do prazo, for concluída posteriormente pelo analista de acompanhamento do BNDES, a obrigação retornará para a situação Conforme.

O Acompanhamento de Pendências objetiva principalmente facilitar o contato entre o BNDES e os responsáveis pelo envio de informações para fins de acompanhamento, através da criação de um canal de comunicação contextualizado entre as partes.

*Inserir aqui comentários sobre o cumprimento das obrigações especiais do cliente, sobre declarações, certidões e/ou outros documentos apresentados no âmbito do Contrato de Financiamento.*

Quando foi solicitada a atualização de documentos no âmbito do Contrato de Financiamento, os

mesmos foram devidamente inseridos no sistema dentro do prazo estabelecido, em conformidade com as obrigações contratuais assumidas pelo cliente.

## K) SOLICITAÇÕES FORMAIS E PEDIDOS DE LIBERAÇÃO

Classificação: Ostensivo

Solicitações formais ao BNDES podem ser enviadas pelo Sistema de Acompanhamento. Para enviar uma nova solicitação ao BNDES (ex: prorrogação de prazos e pedidos de liberação de recursos) utilize o menu Solicitações > Solicitações > Novo > selecionar o tipo de solicitação > descrever/justificar a solicitação (opcional) > anexar documento formalizando o pedido > salvar > Enviar ao BNDES. As informações solicitadas em cada solicitação podem ter variação em função do tipo da solicitação selecionada. Após o envio da solicitação ao BNDES é possível acompanhar, pelo Sistema de Acompanhamento, o seu andamento, tendo visibilidade da situação da solicitação. Quando uma solicitação é concluída, um e-mail automático é enviado ao usuário notificando a conclusão.

Para enviar a Solicitação de Liberação do Cliente (SLC) ao BNDES, utilize o menu Solicitações > Pedidos de Liberação e, após selecionar uma operação, clique no botão Novo. Após o preenchimento das informações (incluindo a aba “Condições Prévias”, onde podem ser inseridas observações do cliente referentes ao cumprimento de cada obrigação) utilize o botão Salvar e, em seguida, a opção Enviar. As informações solicitadas em cada SLC podem ter variação em função do produto, podendo exigir informações complementares em alguns casos. Após o envio do SLC ao BNDES é possível acompanhar, pelo Sistema de Acompanhamento, o seu andamento, tendo visibilidade da situação do SLC.

*Inserir aqui comentários sobre solicitações encaminhadas ao BNDES no período deste Relatório de Desempenho, encaminhamentos realizados e questões ainda pendentes.*

*Em setembro, foi solicitada ao BNDES a liberação de R\$ 11.147.877,96 para execução no período de um ano. Até o momento, foram executados R\$ 3.181.118,02. Esse atraso na execução se deve, principalmente, a um intervalo de três meses na assinatura dos contratos com as Redes Indígenas, sendo que duas delas (UMIAB e FEPIPA) ainda não formalizaram os contratos devido a questões políticas internas, portanto gerou um atraso no início das atividades por parte das Redes. CIR e Coiab estão trabalhando num Termo de Cooperação para implementação das atividades do Projeto em Roraima. Além disso, a TNC recebeu apenas quatro relatórios no período: três da COIAB e um da FEPOIMT, refletindo o início das contratações e atividades pelas redes no primeiro semestre de 2025.*

## L) ASPECTOS AMBIENTAIS

Classificação: Ostensivo

Caso aplicável, o escopo do acompanhamento ambiental deve cobrir os aspectos avaliados na análise do projeto e demais aspectos que se mostrem relevantes ao longo de sua execução. Os documentos ambientais devem ser anexados ao Sistema de Acompanhamento do BNDES (menu Documental > Documentos > Novo > Classe: Ambiental > Tipo de documento correspondente).

Também é necessário preencher a aba “Documentos Ambientais” do arquivo Excel no Anexo I, informando a situação dos documentos ambientais relativos às intervenções do projeto.

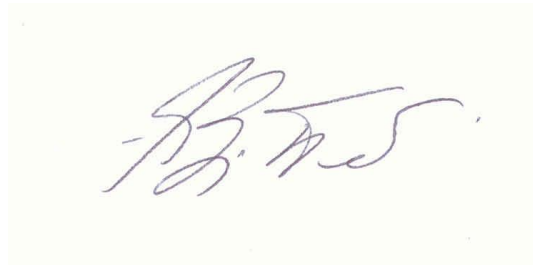
*Caso sejam identificadas situações de irregularidade ambiental, descrevê-las aqui, avaliando suas consequências, riscos e apontando ações mitigadoras.*

## Lista de Anexos ao Relatório de Desempenho

---

1. Planilhas a serem apresentadas juntamente com o RED2. Autorizações de uso de imagem e termo de cessão de direitos autorais
3. Fichas para detalhamento de pagamentos realizados através de conta corrente alternativa

Os representantes legais da declarante estão cientes de que a falsidade da declaração ora prestada acarretará a aplicação das sanções legais cabíveis, de natureza civil e penal.



---

Fernando Bittencourt  
Coordenador Projeto Redes Indígenas - TNC

